

8353468 - CONTESTAÇÃO (2693928 CONTESTACAO 01)
Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO - ADVOGADO em 13/02/2020 12:21:53

13 Feb 2020

JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO

- 8353468 - CONTESTAÇÃO (2693928
- CUNTES IACAO 01)
- 8353470 - Documentos (2693928
- CONTESTACAO Anexo 02)
- 8353473 - Documentos (Anexo 03 subs atos
- procuracao compressed)
- 8353475 - Documentos (GARTIA DE
- PREPOSTOS)
- 8353477 - PROCURAÇÕES OU
- SUBSTABELECIMENTOS
- (SUBSTABELECIMENTO)

12:21

25 Sep 2019

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

6487807 - Despacho

23:42

protocolo.pdf

downloadBinario.seam 1 / 10

2693928 - CJ/2020-00529/ INVALIDEZ

JOÃO BARBOSA
— ADVOGADO ASSOCIADO —

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08223221020198180140

Exibir todos

PT 11:21 13/02/2020



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08223221020198180140

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da incorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão espositiva na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnano desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular³, mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³"Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Ilegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviços ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeta, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em juízo (CC, art. 654). Arnaldo Rizzardo assevera que o analfabeto, "por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o que torna impossível comprovar lhe pertençam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível" (op. cit. 687). Arnaldo Wald enuncia que "O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público." (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: "O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome." (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102)."

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal⁴.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. *"A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome"* (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. *"A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ"* (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandado.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

⁴Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº [\(2009.001.20283\)](#), 10ª Câmara Civil, Julgamento: 30/06/2009. *"Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inércia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece."*

DO MÉRITO

DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

O parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

Com efeito, verifica-se que a parte Autora deixar de apresentar o **registro da ocorrência policial, documento imprescindível para comprovação da ocorrência do acidente e do nexo de causalidade.**

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373 do CPC.

Assim, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁵.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

⁵“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

DO MÉRITO

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁶.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁷.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁸.

⁶ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁷ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁹

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

⁸“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁹ **art. 1º. (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, **EXCLUSIVAMENTE**, em nome da patrona **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita sob o nº 1841 - OAB/PI sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 6 de fevereiro de 2020.

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita na OAB/PI sob o nº 1841 e **HERISON HELDER PORTELA PINTO**, inscrito na OAB/PI sob n.º 5367, ambos com escritório à RUA BARROSO, N.º 646 – CENTRO/NORTE – TERESINA/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS**, em curso perante a **5ª VARA CÍVEL** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08223221020198180140.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



DECLARAÇÃO DE ENDEQUELO

Eu, Francisco das Chagas Alves Medeiros, brasileiro casado, CI/RG nº 982.938, CPF/MF nº 349.787.043-93, residente e domiciliado na Rua Olímpio Costa Neto nº 3192 (Loteamento Cidade Verde) Bairro: Samapi, nesta cidade, sob responsabilidade civil e criminal, ciente de que a falsidade da informação me sujeita às penas da legislação pertinente, declaro para todos os fins de direito, que tenho Maria de Jesus Alves Medeiros, brasileiro, casado, aposentado, CI/RG nº 333.978 SSP/PI, CPF/MF nº 327.526.793-00, conta para depósito: Banco Bradesco S/A, agência 0405-7, conta 0111178-7, residente e domiciliado na Rua Bom Jesus nº 3311, Bairro Buenos Aires, nesta cidade.

Teressina (PI), 17 de Agosto de 2018

2º OFÍCIO

Francisco das Chagas Alves Medeiros
FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS EM TEST. DA VERDADE. DOUT. FÉ. TERESSINA, 21/08/2018 09:23:31

SELO

Aline Mara Santos de Carvalho - ESCRIVENTE AUTORIZADO

End. R\$ 3,71 TJ: R\$ 0,74 Selo: R\$ 0,28 Total: R\$ 4,73





Poder Judiciário

2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis

3ª Circunscrição

Belª Rayonc Queiroz Costa Lobo - Interina



LIVRO Nº 846

Protocolo: 548709

FLS.185/185v

PROCURAÇÃO PÚBLICA

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos dezessete dias do mês de agosto do ano dois mil e dezoito, (17/08/2018), nesta cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, neste Tabelionato, situado na Rua Governador Joca Pires, nº 1455, Bairro de Fátima, CNPJ/MF nº 28.299.252/0001-82, perante mim, Tabelião Interina, compareceu como outorgante, TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS, brasileira, casada, aposentada, CI/RG nº 333.978-SSP/PI, CPF/MF nº 327.526.793-00, residente e domiciliada na Rua Bom Jesus, nº 354, Bairro Memorare, CEP nº 64.009-230, nesta cidade, que por não ser alfabetizada, deixa neste ato a impressão digital do seu legítimo direito, assinando a seu rogo: PATRICIA DA SILVA SOUSA MEDEIROS, brasileira, casada, do lar, CI/RG nº 1.677.102-SSP/PI, CPF/MF nº 591.574.613-68, residente e domiciliada na Rua Olímpio Costa Neto, nº 3192, Loteamento Cidade Verde, Bairro Samapi, nesta cidade. O(A)(s) presente(s) reconhecido(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s), de acordo com os documentos que me foram apresentados, identificando-o(a)(s) capaz(es), pois tudo responde(m) com firmeza, segurança, clareza e convicção do mandato e poderes ora conferidos ao(a)(s) mandatário(a)(s), do que dou fé. E por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador, FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS, brasileiro, casado, representante comercial, CI/RG nº 982.918-SSP/PI, CPF/MF nº 349.787.043-91, residente e domiciliado na Rua Olímpio Costa Neto, nº 3192, Loteamento Cidade Verde, Bairro Samapi, nesta cidade, a quem confere os seguintes PODERES: específicos para representá-la junto ao CARTÓRIO DE NOTAS COMPETENTE, podendo fazer e assinar DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA, e/ou COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, reconhecer firma, firmar em cartório de notas em nome da outorgante, assinando todos os documentos que se fizerem necessários para esse fim, pagar taxas, receber, passar recibos, dar quitação, prestar declarações, requerer, alegar, recorrer, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato. VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. OS DADOS E ELEMENTOS CONTIDOS NESTE INSTRUMENTO FORAM VISTOS E ACEITOS POR DECLARAÇÃO VERBAL, FICANDO O OUTORGANTE RESPONSÁVEL POR SEU TEOR, BEM COMO POR QUALQUER INCORREÇÃO, ISENTANDO ASSIM, ESTAS NOTAS DE QUAISQUER RESPONSABILIDADES. Com respaldo no Provimento nº 024, de 24 de Setembro de 2013, da Corregedoria Geral de Justiça do Piauí, de acordo com o estabelecido na Lei nº 10.741/2003. O

Patricia da Silva S. Medeiros

Francisco

presente instrumento tem validade por 06 (seis) meses a contar da data lavratura. E de como assim o disse(ram), do que dou fé, lhes lavrei este instrumento por me ser pedido, que após lido e achado conforme, outorga(m), aceita(m) e assina(m). Emolumentos: R\$ 43,52; FERMOJUPI-TJ: R\$ 8,37; Selos: R\$ 0,52. Eu, Osáilde Gomes Interina do 2º Tabelionato, o subscrevo, assino em público e raso.

Patrícia da Silva Sousa Medeiros
PATRICIA DA SILVA SOUSA MEDEIROS

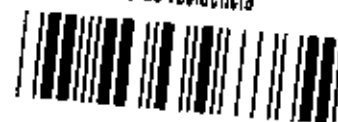
EM TESTEMUNHO Antônio Junior de Sousa Araújo DA VERDADE.

Antônio Junior de Sousa Araújo
ANTÔNIO JUNIOR DE SOUSA ARAÚJO
ESCREVENTE AUTORIZADO

Antônio Junior de Sousa Araújo
Escrevente autorizado

28.299.252/0001-82
2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Av. Governador Joca Pires, 1455
Bairro de Fátima - CEP: 64.049-522
Teresina - Piauí





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDeirosRG nº 333.978, data de expedição 21/03/12, Órgão SSP/PI

CPF nº 327.526.793-00, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	BOM JESUS
Número	3311
Apto / Complemento	
Bairro	BUENOS - AIRES
Cidade	TERESINA
Estado	PIAUS
CEP	64009-230
Telefone de Contato	(89) 3214-3160
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: TERESINA (PI), 24 DE ABRIL DE 2018

Assinatura do Declarante: _____





Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÔDIGO

0074537-5

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 755 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ nº 04.840.748/0001-08 (Proc. Estadual 19.531.337-5)
Insc. Fiscal / Conv. da Energia Elétrica - Sisa E-1
Regime especial de tributação autorizado pela SEFAZ/PI nº 007/05

Nº da Nota Fiscal: 004610442

A Tarifa Social de Energia Elétrica - 15% foi concedida
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2007.

CONTA Nº	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
ABRIL/2018	25/04/2018	92	76,36

ALBERTO ALVES DE MEDEIROS
R. BDM JESUS 3311 MEMORARE
CPF: 00015089312320
CEP: 64.009-230 - TERESINA

ROT: 12.001.37.52.140000

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	3818	Atual:	18/04/2018
Anterior:	3726	Anterior:	19/03/2018
Condição de Multiplicação:	1,000	Próxima leitura:	17/05/2018
Consumo Medido:	92	Emissão:	17/04/2018
Consumo Faturado:	92	Apresentação:	18/04/2018
FCAN			

NORMAL 30

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Ponto	Código Fiel	Mês 12 meses
RESIDENCIAL	MDNO	A004186		1.1.1.1	172

HISTÓRICO KWH	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	CONSUMO 92 A R\$ 0,747255 = 68,74
MAR/18 115	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 6,11
FEV/18 97	CORRECAO MONETARIA IG 03/18-00 0,01
JAN/18 103	MULTA POR ATRASO 03/18-00 1,31
DEZ/17 133	JUROS DE MORA DE IMPO 03/18-00 0,19
NOV/17 98	
OUT/17 215	
SET/17 73	
AGO/17 53	
JUL/17 46	
JUN/17 122	
TAXA DE TRIBUTOS:	
E A 92 - 6,55/030	

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

DÉBITOS JA REAVISADOS	
Mês/ano	Valor R\$
05/2017	556,65

Informações prestadas (debitos) vencidos no valor de R\$ 556,65 (seiscentos e sessenta e seis reais) até esta data. Caso o(s) debito(s) de pagamento não tenha(m) sido pago(s), procurar uma loja de atendimento da Eletrobras Distribuição Piauí com o(s) comprovante(s) de pagamento.

"ALÍQUOTA DE ICMS COM REAJUSTE DE 2%, CONFORME DECRETO N. 17.583, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017."

LIQUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

RESERVAÇÃO FISCAL 2F3D.F582.200E.5203.536C.FECC.F44C.1A2E

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	14,50	Base de Cálculo:	68,74
Energia:	27,67	Alíquota ICMS:	22,00%
Transmissão:	4,35	Valor do ICMS:	15,12
Entregas:	4,40	Valor do PIS:	0,47
Tributos:	17,76	Valor do COFINS:	2,17

INDICADORES DE CONTINUIDADE

5,31 10,63 21,25 3,24 6,48 12,95 3,03
0,00 0,00 0,00

TERESINA-MARQUES

02/2018

28,29

Abstract

FATURA Nº

152101165

70 1.00
26.9070309.121

13871102-0

7/2019

NOME/ENDEREÇO MORADOR FRANCISCO DAS C. ALVES MEDEIROS		2019072009-331		2019072009-331		2019072009-331	
LOT CIDADE VERDE 8 SATELITE 3192-0---H-SAMAPI-TUPESINA-PI-cep:64055535				LOCALIZAÇÃO		LOCALIZAÇÃO	
004-00041-001230				GRUPO 004		NÚMERO DO HODRIMETRO A04L580593	
HISTÓRICO DE CONSUMO		ECONOMIAS - CATEGORIAS / TIPO TARIFA		DATA		SÉRIÇA	
MÊS / ANO TIPO		1 Residencial - Normal		CONSUMO MÊS M3		10	
06/2019 1-100*				MÊS 12/14 M3		28,83+1,62+ 2,47	
08/2019 1-100				PIS. PASEP		28,83+1,62+ 2,47	
09/2019 1-100				COPINS		28,83+1,62+ 2,47	
05/2019 1-100							
02/2019 1-100							
01/2019 1-100							
TABELA DE TARIFAS		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EM FATURA		VENCIMENTO		TOTAL A PAGAR	
RESIDENCIAL FAIXA DE CONSUMO R5/M3 E (R4)		VIA OR REFERENTE AGUA - 28,83 > Residencial-Normal		17/07/2019		28,83	
NÃO RESIDENCIAL FAIXA DE CONSUMO R5/M3 E (R4)							
IRREGULARIDADES / ANORMALIDADES							
MENSAGEM							
Nossos arquivos acusam 1 DEBITO(S). ATENÇÃO - SUJEITO A CORTE. PROCURE A LOJA DE ATENDIMENTO.							
NOTIFICAÇÃO							
Após 30 dias do vencimento, o não pagamento desta fatura ocasionará a suspensão dos serviços conforme Lei Federal nº 11.445/2007, Art. 40 inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, §3º, inciso II							
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PORTARIA 2.342.1234 DO MMS E DECRETO Nº 5.440)							
PARÂMETROS	ANÁLISES REALIZADAS	ANÁLISES EM CONFORMIDADE	ANÁLISES EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO		
CLORO / LITR	2589	2559	30	1,31	0,2-5,0 mg/L		
COR APARENTE	2380	2330	50	5,75	Inferior a 1		
PH	3087	3039	48	6,73	6,00-9,50		
TURBID	3092	2875	217	2,29	Inferior a 5		
COLORIMETRIA							
CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PORTARIA 2.342.1234 DO MMS E DECRETO Nº 5.440)							
PARÂMETROS	ANÁLISES REALIZADAS	ANÁLISES EM CONFORMIDADE	ANÁLISES EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO		
ESCOLHIDA COL	1078	1078	0	Ausencia	Ausencia		
	1078	1078	0	Ausencia	Ausencia		
DATA DA EMISSÃO: 05/07/2019		HORA DA EMISSÃO: 08:13					

Comprobante de residencia



TC 1.5.8 20:24725F 12/1

ÁGUAS DE
CE TERESINA

MATRICULA	1387110Z-0	FATURA Nº	152101165
		MÊS/ANO	7/2019
VERIMENTO	17/07/2019	VALOR A PAGAR	28,83

82680007000-0 73831535000-0 00201915210-3 11650100104-8

**77-750-DEBITO *****

Prezado cliente,
Não identificamos o pagamento do(s) débito(s) abaixo relacionada(s).
Deste modo, solicitamos que regularize sua situação junto a nossa
empresa, ou faça contato para esclarecimentos através do
0800 223 2000. Os encargos correspondentes aos débitos
listados serão cobrados na próxima fatura.

MÊS/ANO	VENCIMENTO	VALOR (R\$)	MÊS/ANO	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
06/2019	18/06/19	30,93			

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)
Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O preenchimento deste formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF¹.

¹ SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA, CAPITALIZAÇÃO E RESSEGURO. ² CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, TEM POR FINALIDADE DISCIPLINAR, APLICAR PENAS ADMINISTRATIVAS, RECEBER, EXAMINAR E IDENTIFICAR AS OCORRÊNCIAS SUSPEITAS DE ATIVIDADES ILÍCITAS PREVISTAS NA LEI Nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Francisco das Chagas Alves Medeiros
Inscrito (a) no CPF/CNPJ 349.787.043 / 21 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário
Tereza Maria de Jesus Alves Medeiros inscrito (a) no CPF sob o Nº 327.526.793, 00
do sinistro de DPVAT cobertura 3180311585 da Vítima Tereza Maria de Jesus Alves Medeiros
inscrito (a) no CPF sob o Nº 327.526.793 / 00, conforme determinação da Circular Susep 445/12:
Declaro Profissão: Comerciante Renda: 1.500,00 e apresento os documentos comprobatórios:
☐ Recuso informar

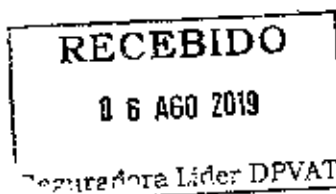
Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado. Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço: <u>Rua Olímpio Costa Neto (Resid. Cidade Verde)</u>	Número: <u>3192</u>	Complemento:
Bairro: <u>Samapi</u>	Cidade: <u>Teresina</u>	Estado: <u>PI</u>
E-mail: <u>medeirosdireito50@gmail.com</u>	CEP: <u>64058-090</u>	Tel. (DDD): <u>(086) 9.8896-4406</u>

Local e Data: Teresina (PI), 01 de Agosto de 2019

Francisco das Chagas Alves Medeiros
Assinatura do Declarante

Declaração Circular SUSEP 445/12





NOME DO PACIENTE: Tavira Maria de Jesus Alves Medeiros

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 417647

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS

2

28/12/55



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

BOLETIM DE ENTRADA - BE

DADOS DO PACIENTE:

Nome:	TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS			Prontuário:	417647
Mãe:	ANA RODRIGUES DA SILVA		Pai:		
End. Resid.:	RUA BOM JESUS 3311 - BUENOS AIRES - TERESINA - PI - CEP: 64000-010				
Nascimento:	09/10/1936	Idade:	79a:10m:19d	Sexo:	Feminino
Responsável:	PATRICIA DA SILVA		CNS:	706802716507429	
Profissão:	APOSENTADA		Documento:	CPF:	
G. Instrução:	Não alfabetizado		E. Civil:	Casado(a)	
End. Local:					

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	565830	Data:	28/08/2016 21:11:07	Condução:	AMBULÂNCIA DO SAMU
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA À PÉ (PEDESTRE)			Convênio:	S U S
Acid. Trab.:	Não	Acid. Trajeto:	Não	Acid. Trab. Típico:	Não
CID Secundário:	W099				

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma:	Evento Principal:	Destino:	Classificação:
PROBLEMAS EM EXTREMIDADES	Dor moderada	ORTOPEDISTA	Amarelo
Breve História: VÍTIMA DE ATROPELAMENTO POR MOTOCICLETA APRESENTANDO FRATURA EM PERNA ESQUERDA E REFERE DOR EM OMBRO ESQUERDO E CEFALÉIA DEVIDO TER BATIDO A CARRUA APRESENTANDO FERIDA NA MESMA. REGA ALERGIA MEDICAMENTOSA		Profissional Clas. Risco: DR. ZENON ROCHA TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA EXAME: <i>branco</i> FERNANDES TEIXEIRA COREN 166059 Em: 28/08/2016 21:16:26	

DADOS CLÍNICOS:

(Hora: :)

DATA:

28.08.16 as 23:45h

PA	X	mmHg	Pulso:	FC:	bpm	Temp.:	CID:
Diagnóstico Inicial: Fratura supracondiliana fêmur Aguardo liberação de NCR, CG							

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

Dr. Rafael Levi Louchard S. da Cunha
Médico do Esporte

CRM: 3807 SBO: 12983

Trauma do Esporte e Artroscopia
Cirurgia do Ombro e Cotovelo

HUT-SAMU

CONFERE COM O MÉDICO

MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

TERMINOU O EXAME
SERVIDOR:

DATA: / /

HORA: : :

04082050624

5724

Dr. Rafael Levi Louchard S. da Cunha
Médico do Esporte
CRM: 3807 SBO: 12983
Trauma do Esporte e Artroscopia
Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Assinatura - Profissional Médico

Assinatura Paciente ou Responsável



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Impr: 28/08/2016 21:17:39
(AUFITE)JA TEIXEIRA

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

DADOS DO PACIENTE:

Nome:	TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS	Prontuário:	417647
Mãe:	ANA RODRIGUES DA SILVA	Pai:	
End. Resid.:	RUA BOM JESUS 3311 - BUENOS AIRES - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento:	09/10/1936	Idade:	79a:10m:19d
Responsável:	PATRICIA DA SILVA	Sexo:	Feminino
Profissão:	APOSENTADA	Fone:	86-99525-2481
G. Instrução:	Não alfabetizado	CNS:	706802716507429
End. Local:		Documento:	CPF:
		E. Civil:	Casado(a)

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	565830	Data:	28/08/2016 21:11:07	Clas. Cor:	Amarelo	
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA A PÉ (PEDESTRE)				Convênio:	S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação:	28/08/16	ESPECIALISTA:	Cin Geral
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	Pt. vítima de politrauma. Refere ter batido a cabeça e expulso com violência. Segue estável. Glasgow: 15. Possui fratura em M.E.		
Pt. liberado de cin. geral.			
Carimbo/Assinatura Solicitante			

DADOS DO PARECER:

Data/Hora: / /

NCE

CD: sem convênio

Carimbo/Assinatura Prof. Parecer

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação: / /

ESPECIALISTA:

HUT SANE

MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:

CONFERE COM O PACIENTE
TERESINA PI 05/09/16
SERVIDOR

Fratura exposta condicionar fratura D

Carimbo/Assinatura Solicitante

DADOS DO PARECER:

Data/Hora: / /

0408253624

5724

Carimbo/Assinatura Prof. Parecer



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina
Fundação Hospitalar de Teresina - FHT

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1° hospital	08 Saída do 1° hospital	09 Chegada ao 2° hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro			
	12 Município-UF	Código IBGE			
Dados do Paciente	13 Ponto de referência	14 Nome			
	15 Sexo	16 Idade			
Tipo de Ocorrência	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?	18 Tipo de ocorrência			
	19 Vítima	20 Meio de locomoção			
Exame Físico	21 Outra parte envolvida	22 Equipamentos de segurança			
	23 Glasgow =	24 Sinais Vitais			
Assistência	25 Local da lesão	26 Pupilas			
	27 Pulso	28 Sangramento			
Hospital de Destino	29 Dor	30 Fratura			
	31 Procedimentos realizados	32 Hospital de Destino			
Observações Interdisciplinares	33 Condições de entrada	34 Óbito			
	Observações Interdisciplinares				

Resposta Verbal:
ABERTURA OCULAR
4-Espontânea
3-A voz
2-A dor
1-Nenhuma

Resposta Motora:
6-Obedece a comandos
5-Localiza dor
4-Movimento de retirada
3-Flexão anormal
2-Extensão anormal
1-Nenhum

Escala de Dor de 0 a 10:
0 - Sem Dor | 1 - Leve | 3 - Moderada | 7 - Intensa | 10

Assistência:
31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não)
Aspiração, Prancha longa/curta, Imobilização de extremidades, Oxi-gênio, Celor cervical, Reanimação cardiopulmonar, Curativos, Kred, Assistência obstétrica

Hospital de Destino:
32 Hospital de Destino: HUT

Observações Interdisciplinares:
Pete vítima de atropelamento por moto
evolui com dor em caixa D e ombro E.
primeiro atendimento realizado no HGBA
transf. para avaliação e tratamento.

Assinaturas:
Responsável pela recepção: Francisco Mario da Silva
Médico: Assistente de Saúde
Enfermeiro: Andressa
Condutor: Andressa



Fundação Municipal de Saúde



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

FICHA DE ENCAMINHAMENTO

Da Unidade <i>H. Buenos Aires</i>	Para Unidade <i>HUT</i>
Paciente <i>Teuro Maria de Jesus A. medeiros</i>	Registro
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO	
<i>Paciente vítima de atropelamento por moto evolui com dor em membro D. Rx de coxa: fr de fêmur distal. Solicito avaliação e conduta ORTOPÉDICA. grato,</i>	
HD.	
Data <i>28,08,16</i>	<i>Sergio Fontenele</i> Cirurgião Geral Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo

FICHA DE RETORNO

Da Unidade	Para:
DIAGNÓSTICO	
HUT-SAME CONFERE COM O ORIGINAL TERESINA, PI 25/09/16 SERVIDOR: <i>[assinatura]</i>	
Data <i>/ /</i>	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo

OBSERVAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fis. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 03, 09, 16

NOME DO PACIENTE	Emilia Maria L. A. Medeiros	PRONTUÁRIO Nº:	
DIAGNÓSTICO:	Parto de parto disto	CIRURGIA:	Cesariana
ANESTESIA:		Nº DA SALA:	
CIRURGIÃO:	Dr. Wilton L. Costa	CPF Nº:	
AUXILIAR:	Dr. Rocio	CPF Nº:	
ANESTESIA:		CPF Nº:	
INSTRUMENTADORA:	efauriana	CPF Nº:	

Dr. Wilton L. Costa
CRM-MA 6553
Dr. Rocio
CRM-MA 13054
Rocio Rocio
MEDICO ORTOPEDISTA
CRM-MA 3531

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	01		LÂMINA DE BISTURI 24	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.			LUVA Nº 0.5.70	PAR	02	
AGULHA 40X12	UNID.	01		LUVA Nº 8.0.7.5	PAR	02	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	10	
ALCOOL 70%	ML	100		PVPI DE GERMANTE	ML	100	
ALGODÃO	BOLA			PVPI TÓPICO	ML	100	
ÁGUA OXIGENADA	ML			PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	04		SERINGA 20CC	UNID.		
EQUIPO MACRO- GOTA	UNID.			SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	20		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	02	
GASES	PAC.	04		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº	UNID.					02	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				HUT-SAME			
CAT. GUT. SIMPLES S/AG				CONFERE COM O ORIGINAL			
CAT. GUT. CROMADO C/AG				TERESINA, PI 05/09/16			
CAT. GUT. CROMADO S/AG				SERVIDOR:			
ALCOFIL							
MONONYLON 30		02					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL		02		CIRCULANTE: Rocio			
PROLENE							



RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

centro cirúrgico

Nome do Paciente	Suzana Maria de Jesus Alves Medeiros		
Diagnóstico pré-operatório	Fratura de fêmur distal (D)		
Operação - Tipo	Osteossintese		
Cirurgião	Dr. Wilanildo L. Costa CRM-PI 4740/CRM-MA 6663 TEOT: 12063	Assistente	Dr. Rocio
2º Assistente		3º Assistente	Roceldo Rego MÉDICO ORTOPEDISTA CRM-PI 3531
Instrumentador(a)	Anestesista	Anestesia	
Anestésico(a)			
Data da Operação	03.09.16	Início	Fim
Diagnóstico Pós-operatório	O mesmo		

Relatório Imediato do Patologista

HUT-SAME

CONFERE COM O ORIGINAL
TERESINA, PI, 05.09.16
SERVIDOR:

Acidente Durante a Operação

procedimento sem intercorrências, apresentando
sintoma da quebra do parafuso (Sutura Perdida) no reparo distal
do fêmur D.

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

1) paciente DOR sob anestesia 2) inspeção + ortopedia
3) colocação de campos estéril 4) acesso lateral
de corte aberto 5) inspeção por flaps 6) hemor-
ragia 7) manobra aberta lateral 8) limpeza com
água de 5 95 + pinças 9) limpeza com 3 for-
10) limpeza hemostática 11) aproximação de partes
moles 12) curativo

Roceldo Rego
MÉDICO ORTOPEDISTA
CRM-PI 3531

MOD 007 - HUT



TERESINA-PI CEP: 64017-370 CNPJ: 05.522.917/0022-02

1346 11/16/16

Time: 26/06/2016 21:27:06

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

DADOS CLÍNICOS: (Hora: _____) DATA: 28.08.2023
 Polígrafo - Referido por Dr. [illegible]
 Nome: Agostinho [illegible] d. NCR, CG
 PA: _____ X mmHg Pulso: _____ bpm Temp.: _____
 Diagnóstico inicial: _____

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:		Dr. Rafael Levi Louçard S. da Cunha Médico do Esporte	
Fratura supracondiliana fechada		CRM: 3807 SBOT: 12983 Trauma do Esporte e Artroscopia Cirurgia do Ombro e Cotovelo	
HUT-SAMIC			
CONFERE COM O ORIGINAL			
MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:		Terminação, Início e Procedimento e C	
TERMINAÇÃO: 05/02/1		0408050624	
SERVIDOR:		572	
DATA: 1/1	HORA: 2	CID	

Dr. Rafael Levi Louchard S. da Cunha
Médico do Esporte
CRM: 3807 SBOT: 12983
Trauma do Esporte e Artroscopia
Cirurgia do Ombro e Cotovelo

HUI-SANIE

~~CONFIDENTIAL~~

4. An Interpolação, Indique o Procedimento e CID

0408050624
Profa. Dr.ª Maria S. da Cunha
CRM: 3207 SBO: 12983
Trauma do Esporte e Artroscopia
Cirurgia do Ombro e Cotovelo
Assinatura - Prof. Dr.ª Maria S. da Cunha

Assinatura - Prof. Dr. Orlando Medeiros



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Impr: 28/08/2016 21:17:37
(AMÉLIA TEIXEIRA)

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

DADOS DO PACIENTE:

Nome:	TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS	Prontuário:	417647
Mãe:	ANA RODRIGUES DA SILVA	Pai:	
End. Resid.:	RUA BOM JESUS 3311 - BUENOS AIRES - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento:	09/10/1936	Idade:	79a:10m:19d
Sexo:	Feminino	Fone:	86-99525-2481
Responsável:	PATRICIA DA SILVA	CNS:	706802716507429
Profissão:	APOSENTADA	Documento:	CPF:
G. Instrução:	Não alfabetizado	E. Civil:	Casado(a)
End. Local:			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	565830	Data:	28/08/2016 21:11:07	Clas. Cor:	Amarelo	
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA À PÉ (PEDESTRE)				Convênio:	S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação:	28/08/16	ESPECIALISTA:	Cin. Geral
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	Pdt. vítima de politrauma. Refere ter batido a cabeça e expulso com violência. Segue estável. Glasgow: 15. Pdt. liberado da cin. geral.		
Carimbo/Assinatura Solicitante			

DADOS DO PARECER: Data/Hora:

André de Melo
Cur PR
CD: sem convênio

NCE

Carimbo/Assinatura Prof. Parecer
21/08/2016
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação:	/ /	ESPECIALISTA:	HUT S. 11/12
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	Fratura supracondillear femur D		
Carimbo/Assinatura Solicitante			

DADOS DO PARECER: Data/Hora:

0408090634

5724

Carimbo/Assinatura Prof. Parecer



NOME DO PACIENTE: Turiza Maria de Jesus Alves Medeiros

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 417647

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS

1. The first part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

2. The second part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

3. The third part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

4. The fourth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

5. The fifth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

6. The sixth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

7. The seventh part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

8. The eighth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

9. The ninth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

10. The tenth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

A hand-drawn diagram consisting of a large oval. Inside the oval, there is a small circle. A line connects this small circle to another small circle located outside the oval, to its right.



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

Da Unidade <i>H. Buenos Aires</i>	Para Unidade <i>HUT</i>
Paciente <i>Teresa Maria de Jesus A. medeiros</i>	Registro
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO	
<i>Paciente vítima de atropelamento por moto evolui com dor em coxa D. Rx de coxa: fr de fêmur distal. Solicito avaliação e conduta <u>ORTOPÉDICA</u> pronto.</i>	
ED. <i>28,08,16</i>	<i>Stefane Fontenele</i> Cirurgiã Geral Médico responsável pelo encaminhamento/catimbo

FICHA DE RETORNO

Da Unidade	Para:
DIAGNÓSTICO	
<i>HUT-SAME</i> CONFERE COM O ORIGINAL TERESINA, PI <i>05/09/16</i> SERVIDOR: <i>[assinatura]</i>	
Data <i>/ /</i>	Médico responsável pelo encaminhamento/catimbo

OBSERVAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 03, 09, 16

NOME DO PACIENTE	Sousa Maria L. A. Medeiros			IDENTIFICADOR Nº:	
DIAGNÓSTICO:	Parto de pré-eclâmpsia			CIRURGIA:	Obstetria
ANESTESIA:				Nº DA SALA:	
CIRURGIÃO:	Dr. Wilanildo L. Costa			CPF Nº:	
AUXILIAR:	Dr. Rocio			CPF Nº:	
ANESTESIA:	Rocio			CPF Nº:	
INSTRUMENTADORA:	Claudia			CPF Nº:	

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	01		LÂMINA DE BISTURI 24	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.			LUVA Nº 05, 70	PAR	02	
AGULHA 40X12	UNID.	01		LUVA Nº 8, 7, 3	PAR	02	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	30	
ALCOOL 70%	ML	300		PVPI DE GERMANTE	ML	100	
ALGODÃO	BOLA			PVPI TÓPICO	ML	60	
ÁGUA OXIGENADA	ML			PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	04		SERINGA 20CC	UNID.		
EQUIPO MACRO- GOTA	UNID.			SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	20		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	02	
GASES	PAC.	04		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº	UNID.					02	
FIDS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				HUT-GAME			
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.				CONFERE COM O ORIGINAL			
CAT. GUT. CROMADO C/AG				TERESINA, PL 05/09/16			
CAT. GUT. CROMADO S/AG				SERVIDOR:			
ALCOFIL							
MONONYLON 30		02					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL		02		CIRCULANTE:			
PROLENE							



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente *Suessa Maria de Jesus Alves Medeiros*

Diagnóstico pré-operatório *Fratura de Fêmur distal ①*

Operação - Tipo *Osteossintese*

Cirurgião *Dr. Wilanildo L. Costa* Assistente *Dr. Rogério*

2º Assistente

Dr. Wilanildo L. Costa
CRM-PI 4740/CRM-MA 6663
TEOT 13063

3º Assistente

Rogério Rego
MÉDICO ORTOPEDISTA
CRM-PI 3531

Instrumentador(a)

Anestesiista

Anestesia

Anestésico(a)

Data da Operação *03.09.16*

Início

Fim

Diagnóstico Pós-operatório

O unlesão

Relatório Imediato do Patologista

HUT-SAME

CONFERE COM O ORIGINAL
TERESINA, PI 05/09/16
SERVIDOR:

Acidente Durante a Operação

*procedimento sem intercorrências, apresentando
sintoma da quebra do parafuso (Shulz Perdida) no regime distal
do fêmur B.*

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica: Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

① paciente DOR ao levantar ② exame + ortopedia
③ observação de exames prévios ④ acesso lateral
de corte curto ⑤ anestesia por pleuro ⑥ hemor-
ragia ⑦ manobra aberta lateral ⑧ limpeza com
água des 95° + parafusos ⑨ limpeza com 3 for-
⑩ unlesão hemostática ⑪ aproximação de partes
moles ⑫ curativo fechado

Rogério Rego
MÉDICO ORTOPEDISTA
CRM-PI 3531

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

NÃO ALFABETIZADO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTeira DE IDENTIDADE

Documentos de Identificação

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 333.978 DATA DE EMISSÃO 21/03/12

NOME TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

FILIAÇÃO ANA RODRIGUES DA SILVA

NATURALIDADE PARNAÍBA-PI DATA DE NASCIMENTO 09/10/1936

DOC. ORDEM CERT. CASAM. 194-80-3-11

EXP. PARNAÍBA-PI 14/09/61

TERESINA - PI 327.526.793-00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83 - DECRETO Nº 88.256/83

SUS

Ministério Nacional de Saúde

706.862.716.507.429

Nome TEREZA MARIA DE JESUS A. MEDEIROS

09/10/1936

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

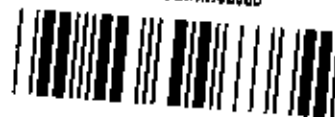
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

NÃO ALFABETIZADO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Documentos de Identificação



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 353.978 DATA DE EMISSÃO 21/03/12

NOME: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

FILIAÇÃO: ANA RODRIGUES DA SILVA

NATURALIDADE: PARNAÍBA-PI DATA DE NASCIMENTO: 09/10/1936

DOC. ORGEM: CERT. CASAM. 19.1.10.11

EXP. PARNAÍBA-PI 14/09/64

TERESINA-PI 327.526.793-00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 28/08/63 - DECRETO Nº 89.250/83

Cartão do Usuário

SUS

Sistema Nacional de Saúde

706.802.916.507.429

Nome: TEREZA MARIA DE JESUS A. MEDEIROS

09/10/1936

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"




Francisco das Chagas Alves Medeiros

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

Documentos de identificação



VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

982.918

DATA DE
EXEDIÇÃO

20/12/18

NOME

FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS

FILIAÇÃO

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS
VALDENAR FERREIRA DE MEDEIROS

NATURALIDADE

PARNAÍBA-PI

DATA DE NASCIMENTO

24/03/1969

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM. 3270 L 9B F 129

EXP. TERESINA-PI 13/12/94

CPF

349.787.043-91

Assinatura de Francisco das Chagas Alves Medeiros

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83 - DECRETO Nº 88.236/83



LAUDO DE EXAME PERICIAL - L. CORPORAL-ACID. TRÂNSITO

Pág: 1 de 1

Identificação do Laudo:

Código: 109340	Tipo: L. CORPORAL-ACID.	Requerente: DELEGACIA DE ACIDENTES	Cidade: TERESINA-PI
Data Requisição: 23/05/2018	Remeter para: O mesmo(a)	Data Exame: 23/05/2018	Hora Exame: 12:00
Local Exame: I.M.L.		Emissão do Laudo: 23/05/2018 11:59:42	

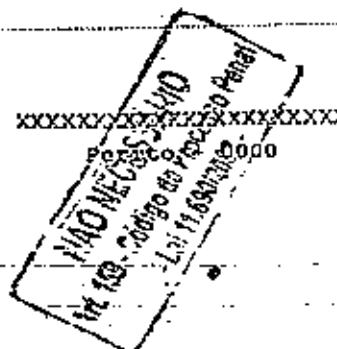
Identificação do Periciando:

Código: 90912	Nome: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS	Nacionalidade: Brasileira	Cor: PARDAS
Dt. Cadastro: 23/05/2018	Endereço: RUA BOM JESUS Nº 3311 - BUCNOS AIRES - TERESINA - PI	Laudo do IML - Lesões corporais	
Nome: ANA RODRIGUES DA SILVA	Sexo: F	Estado Civil: Casado(a)	
CPF: -	RG: 933.978-88P-PI	Idade (anos): 61	Registro Nascimento: -
Profissão: DOMÉSTICA	Nascimento: 09/10/1936	Idade (anos): 61	Sexo: F

LAUDO:

P R E Â M B U L O: No dia, hora e local acima referidos, os peritos designados pelo Ilustríssimo Coordenador Estadual do Instituto de Medicina Legal "Gerardo Vasconcelos", IMLGV, André Biondi Ferraz - CRM 4466 - PI, nos termos do art. 178 do Código de Processo Penal, para procederem ao Exame de Corpo de Delito descrito acima do periciando também já qualificado. Em face do que viram e observaram passaram a descrever com verdade e com todas as circunstâncias o que encontraram e, bem assim, esclarecerem tudo quanto possa interessar. **H I S T Ó R I C O:** Periciando refere que em 08/2016, sofreu acidente de trânsito (atropelada por motocicleta), lesionando-se em coxa direita. Foi socorrido por populares e levado para o Hospital de Buenos Aires e encaminhado ao Hospital HUT, onde foi submetido a cirurgia. Traz consigo os seguintes documentos: a) Boletim de Ocorrência nº 100203.001492/2018-56, em que se narra as circunstâncias do fato; b) Atestado Médico (Dr. Roldo Neves CRM 3531), datado de 18/04/2018, que refere tratamento de fratura de fêmur com dor e claudicação como seqüela. **DESCRIÇÃO:** Periciando auto e alopsiquicamente orientado, apresentando as seguintes lesões: a) cicatriz cirúrgica em face lateral de terço médio a distal da coxa direita. **DISCUSSÃO:** As lesões observadas apresentam nexo de temporalidade e causalidade com o histórico, tendo decorrido de ação contundente. Tais lesões ocasionaram incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias e não resultaram déficit funcional de membro. **CONCLUSÃO:** Fratura de fêmur direito (consolidada). **RESPOSTA AOS QUESITOS FORMULADOS:** 1) Houve ofensa à integridade física ou a saúde do examinado? Resp.: Sim 2) Qual o instrumento ou meio que a produziu? Resp.: De ação contundente 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito? Resp.: Sim 4) Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Resp.: Sim, resultaram incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias. 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente? Resp.: Não 6) Outros dados julgados úteis? Resp.: Não Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. ////

CARLOS ROGÉRIO MOQUEIRA DOS SANTOS
Perito Médico Legal - CRM 3135 - PI



Governo do Estado de Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia de Repressão ao Crime do Tráfico de Drogas

CARLÓRIO

Certifico que a presente copia confere com
o original. O referido é verdade e deu-se
Teresina(PI), 18.06.18

Escritório de Polícia Civil - Teresina de Souza
Márcia: Wilson Ferraz, Nº. 03665-7



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL JUDICIÁRIA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO-DRCT



REQUISICÃO DE EXAME DE LESÃO CORPORAL

Senhor Diretor,

Requisito de V. Sª que proceda a Exame de Corpo de Delito (Lesão Corporal Culposa)

na pessoa de Tereza Maria De Jesus Alves Medeiros
naturalidade Barra do Piauí-PI profissão da lar
Data de Nasc. 09/10/1936 estado civil casada
Endereço Rua Bom Jesus, nº 3311, Bairro Buenos Aires, Teresina-Piauí
Filiação Ana Rodriguez dos Santos

R.G.: 333.978-55PI/PI CPF. 327.526.793-00

OBS: Cópias do Prontuário Médico, Boletim de Ocorrência e documento de identificação.

Na oportunidade, formulo os seguintes quesitos:

- 1 - Houve ofensa à integridade física ou à saúde do paciente?
- 2 - Qual o instrumento ou meio que a produziu?
- 3 - Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito?
- 4 - Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função?
- 5 - Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou deformidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente?
- 6 - Há outros dados julgados úteis a fornecer?

Teresina (PI), 24 de outubro de 2016.

Atenciosamente

Cassandra

DC Cassandra de Moraes Sousa Nune
Delegada de Polícia Civil
Matrícula: 104574-2

Ao
Ilustríssimo Senhor
Coordenador do Instituto Médico Legal
Nesta.

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0247392/18

Vítima: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

CPF: 327.526.793-00

Data do Acidente: 28/08/2016

CPF de: Próprio Titular do CPF: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência

Documentação médico-hospitalar

Documentos de identificação

Laudo do IML - Lesões corporais

Outros

Outros



TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS : 327,526,793-00

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de cancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data da entrega: 04/07/2018

Nome: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

CPF/CNPJ: 327.526.793-00

Data do cadastramento: 06/07/2018

Nome: Patricia Aleixo Silva

CPF: 068.500.787-12

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Patricia Aleixo Silva

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

Seguradora Líder - DPVAT

COBERTURA SOLICITADA

() MORTE ☒ INVALIDEZ PERMANENTE () DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA Teniza Maria da Silva Alves Apudun

DATA DO ACIDENTE 28/08/2016 POSSUI CPF ☒ SIM () NÃO Nº CPF 387.546.793-00

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- () Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- () CPF do Representante Legal (cópia simples)
- () Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares, como os listados ao lado, neste formulário.
- Para acompanhar o pedido de identificação, acesse www.dpvatsegurodetransito.com.br ou ligue grátis 0800-0800-0777.
- Todos os documentos devem estar legíveis.

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada () Sim () Não
- ☒ Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- ☒ Laudo de Invalidez do IML - original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data de alta definitiva - Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- () Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário
- ☒ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☒ CPF da vítima (cópia simples)
- ☒ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- ☒ Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- () Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- () Comprovantes das despesas (frechos e notas fiscais), correndo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (originais)
- () Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- () Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Certidão de óbito da vítima - cópia autenticada () Sim () Não
- () Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- () CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- () Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
- () Laudo Causatário (IML) - somente quando solicitado - Cópia Autenticada: () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CONJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
 - () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
 - () Declaração de Cônjuge (original)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)**
 - () Prova de convivência (juro ou litis), ou declaração de dependência, com o laudo "convivência" que prova a dependência através da carteira de trabalho, ou a carta funcional reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHHEIRO (A) E CONJUGE - QUANDO AMBOS JÁ SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)**
 - () Prova de convivência (juro ou litis), ou declaração de dependentes, com o laudo "convivência" ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
 - () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
 - () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
 - () Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
 - () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
 - () Certidão de Óbito dos filhos da vítima - quando necessário - (cópia simples)
 - () Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) TELENZA MARIA DE JESUS ALVES MADEIRO
 Quem é o portador? ☒ Vítima () Beneficiário ☐ Representante Legal - CPF do portador: 387.546.793-00
 E-mail: _____ Telefone: (16) 38896-4404
 Data: 22/08/2016 Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto) AG. CST 711972
 Atendente MARCELO OLIVEIRA Matrícula 8881178
 Data: 22/08/2016 Assinatura: _____

De: Jose Carlos

Enviada em: quinta-feira, 15 de março de 2018 11:33

Para: Vinicius Campos da Silva <vinicius.silva@seguradoralider.com.br>

Cc: Sonia Faro <soniafaro@seguradoralider.com.br>

Assunto: Protocolo

Vinicius

Em função dos problemas que estamos passando com relação a manutenção dos relógios protocoladores, em medida extrema exceção, autorizo até que tenhamos todos os protocoladores funcionando normalmente, protocolar somente a primeira folha dos processos recebidos dos Correios.

Para certificarmos que essa medida de exceção é válida somente para esse período, solicito imprimir uma cópia desse e-mail e anexar a cada processo de sinistro que estiver nessa condição.

Quando suspendermos esse critério, favor passar-me um e-mail configurando o retorno ao procedimento padrão.

José Carlos Carvalho
Gerente de Sinistros



Rua da Assembleia, 100 – 21º andar
Centro - Rio de Janeiro – RJ CEP: 20011-904
Tel.: 55 21 3861-4600 / Ramal: 4654
E-mail: jose.carlos@seguradoralider.com.br

CONFIDENCIALIDADE Esta mensagem é confidencial; seu conteúdo não constitui um compromisso da Seguradora Líder, exceto se fornecido em conjunto com um acordo por escrito entre as partes. Qualquer divulgação ou uso não autorizado, total ou parcial, é proibido. Caso você não seja um dos destinatários desta mensagem, favor notificar ao remetente imediatamente.

CONFIDENTIALITY This message is confidential; its contents do not constitute a commitment by Seguradora Líder except where provided for in a written agreement between you and Seguradora Líder. Any unauthorized disclosure, use or dissemination, either whole or partial, is prohibited. If you are not the intended recipient of the message, please notify the sender immediately.

De: Arthur Froes

Enviada em: quinta-feira, 15 de março de 2018 11:18

Para: Jose Carlos <jcarloscarvalho@seguradoralider.com.br>

Assunto: RES: Produção: 13/03/2018

JC,

Contingencialmente, até que os protocoladores retornem, estou de acordo em procedermos desta forma.

Atenciosamente,

Arthur Fróes
Superintendente de Sinistros
arthur.froes@seguradoralider.com.br
Tel.: 55 21 3861-4286



www.seguradoralider.com.br
Rua da Assembleia, 100 – 21º andar
Centro - Rio de Janeiro – RJ CEP: 20011-904

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0247392/18

Número do Sinistro: 3180311585

Vítima: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIR

CPF: 327.526.793-00

Seguradora: Companhia de Seguros Previdência do Sul

Outros



Data do acidente: 28/08/2016

Titular do CPF: TEREZA MARIA DE JESUS
ALVES MEDEIROS

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Outros

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS : 327.526.793-00

Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 11/09/2018

Nome: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

CPF: 327.526.793-00

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 11/09/2018

Nome: Alexandre Tavares Belfort

CPF: 024.208.707-86

Alexandre Tavares Belfort

Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS**

Nº Sinistro: **3180311585**

Vítima: **TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS**

Data do Acidente: **28/08/2016**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3180311585**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente:

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias**, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

OP

TERESINA - PI, 31 DE JULHO DE 2018

Aos cuidados de: SEGURADORA LIDER - DPVAT
Nº sinistro: 3180311585 0800
Vítima: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS
Data do acidente: 28/08/2016
cobertura: INVALIDEZ
Assunto: Ratificação de endenço

Senhor(a).

Em resposta ao aviso de sinistro de número 3180311585.

Em conformidade com o sinistro detectado, enviamos em anexos os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de endenço
- 2 - A cópia da certidão de casamento (comprovando que o endençado é esposo da referida cliente).

98866-4344 →

TERESINA (PI) 17 de Agosto de 2018

Francisco dos Reis Alves Medeiros
RG 987.918 SSP/PI

SEGURO LIDER (PVA)

35-21-500 14-23 052114 14

Remetente

Teresa Maria de Jesus Alves Apudunior

Rua Bom Jesus n° 3311

B. Buenos Aires CEP: 64009-230

Paraná - PR

Destinatário



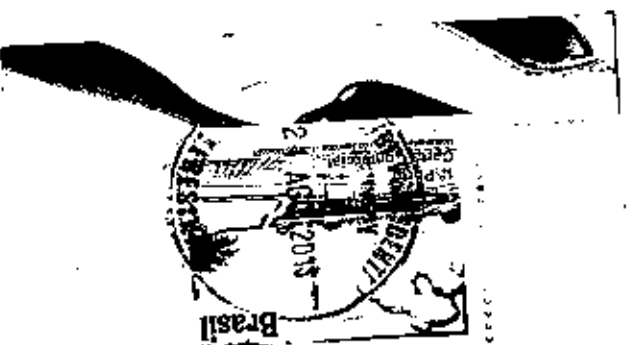
Superadora Ltda. SERV

Caixa Postal 40.970

CEP: 20.270-971

www.superadaculda.com.br

Rio de Janeiro - RJ



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0278667/19

Vítima: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIR

CPF: 327.526.793-00

Seguradora: USEBENS SEGUROS S/A

Data do acidente: 28/08/2016

Titular do CPF: TEREZA MARIA DE JESUS
ALVES MEDEIROS

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de registro de acidente declarado
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Laudo do IML - Lesões corporais
Outros

FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS : 349.787.043-91

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS : 327.526.793-00

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 14/08/2019
Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS
CPF: 349.787.043-91

FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 14/08/2019
Nome: ANDREZA ALVES DA CUNHA
CPF: 158.640.827-59

ANDREZA ALVES DA CUNHA

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0247392/18

Número do Sinistro: 3180311585

Vítima: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIR

CPF: 327.526.793-00

CPF de: Próprio

Data do acidente: 28/08/2016

Titular do CPF: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Seguradora: Companhia de Seguros Previdência do Sul

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Outros

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS : 327.526.793-00

Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 11/09/2018
Nome: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS
CPF: 327.526.793-00

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 11/09/2018
Nome: Alexandre Tavares Belfort
CPF: 024.208.707-86

Alexandre Tavares Belfort

Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Nº Sinistro: 3180311585

Vitima: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Data do Acidente: 28/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180311585**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13078143



Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190479260

Vítima: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Data do Acidente: 28/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

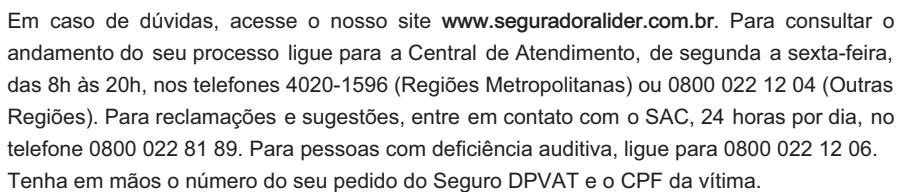
Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você




AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSÉP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala).

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASI

CPF da Vítima

327.526.793-00

Nome completo da vítima

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDeiros

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDeiros		CPF titular da conta 327.526.793-00	Profissão DO LAR
Endereço RUA BOM JESUS		Número 334	Complemento
Bairro BUENOS-AIRES	Cidade TERESINA	Estado PIAUÍ	CEP 64.009-230
Email			Telefone (DDD) (86)

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

- ☐ RECUSO INFORMAR
 ☐ SEM RENDA
 ☐ ATÉ R\$ 1.000,00
 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
- ☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00
 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00
 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00
 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

- ☒ BRADESCO (237)
 ☐ BANCO DO BRASIL (001)
 ☐ ITAU (341)
- ☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NRO.	DV	CONTA NRO.	DV
0405	7	0111178	7
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)

BANCO Nome	NRO
TEREZA MARIA DE JESUS A. MEDeiros	
AGÊNCIA NRO.	DV
0405	7
CONTA NRO.	DV
0111178	7
(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

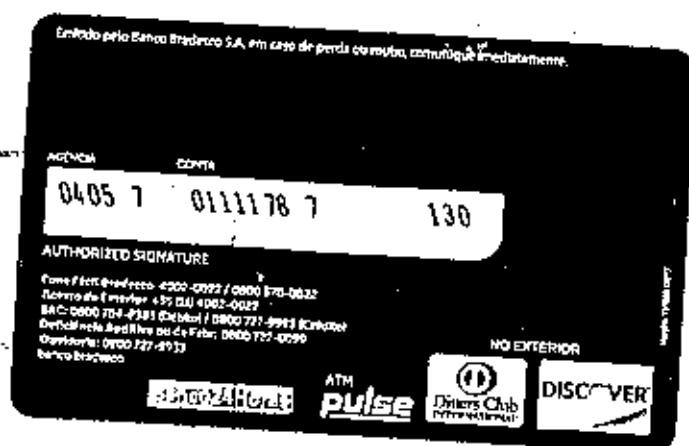
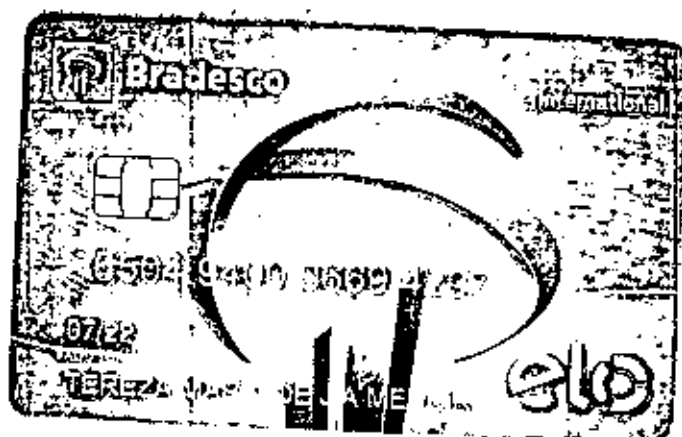
TERESINA 24 de Abril de 2018

Local e Data



Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal





**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA BANCÁRIA
DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala).

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASI:

CPF da Vítima

323.526.793-00

Nome completo da vítima

TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS		CPF titular da conta 323.526.793-00	Profissão DO LAR
Endereço RUA BOM JESUS		Número 3311	Complemento
Cidade BUENOS AIRES	Cidade TERESINA	Estado PIAUÍ	CEP 64.009-230
Email		Telefone (DDD) (86)	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

- ☐ RECLUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

- ☒ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NRD 0405	DV 7	CONTA NRD 0111178	DV 7
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)

BANCO Nome TEREZA MARIA DE JESUS A. MEDEIROS	NRO
AGÊNCIA NRD 0405	DV 7
CONTA NRD 0111178	DV 7
(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

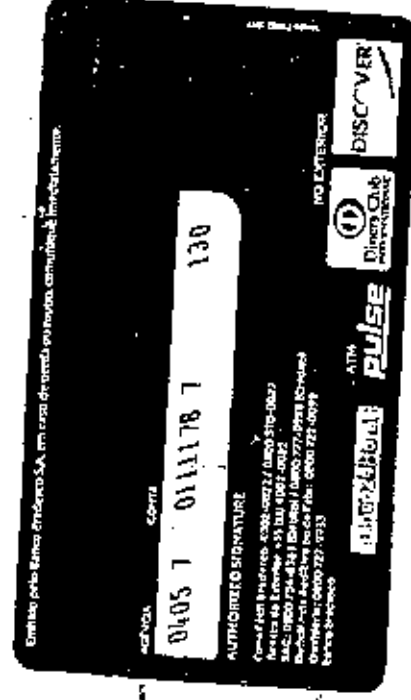
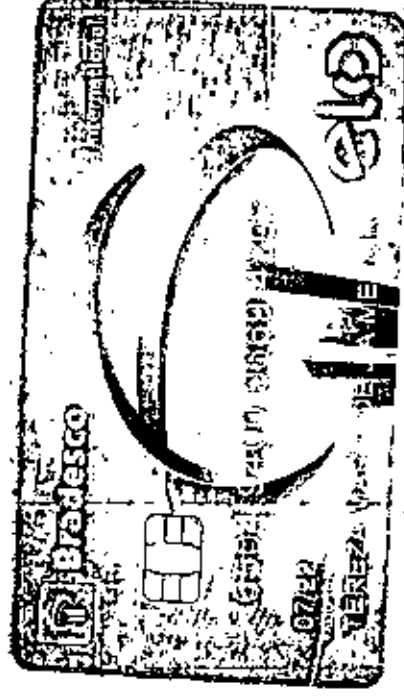
Teressina, 24 de Abril de 2018

Local e Data



Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.001492/2018-56

Unidade de Registro: DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL Resp. pelo Registro: Terasinha De Jesus Guimarães Lima Sousa

Data/Hora: 16/05/2018 - 18:07

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA BOM JESUS, Nº:

Complemento

Data/Hora

28/08/2016 - 19:00

Bairro

BUENOS AIRES

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS [80 ANOS]

RG: 333978

Mãe: ANA RODRIGUES DA SILVA

Pat: IGNORADO

Endereço: RUA -BOM JESUS, Nº 3311

Bairro: BUENOS AIRES

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VÍTIMA

Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS

RG: 982918 SSP PI

Mãe: TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDEIROS

Pat: VALDEMAR FERREIRA DE MEDEIROS

Endereço: RUA OLÍMPIO COSTA NETO, Nº 3192

Complemento: LOTEAMENTO CIDADE VERDE

Bairro: SAMAPI

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-8896-4405

Tipo Envolv.: RESPONSÁVEL LEGAL/Notificante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

O DECLARANTE COMPARECEU A ESTA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL E RELATA QUE SUA MÃE JÁ DEVIDAMENTE QUALIFICADA NESTE BO, SAIU DE CASA PARA UM COMÉRCIO EM FRENTE, E AO TENTAR ATRAVESSAR A RUA, FOI COLHIDA VIOLENTAMENTE POR UM MOIQUEIRO QUE NÃO SOUBE IDENTIFICAR. DISSE QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR UMA EQUIPE DO SAMU ATRAVÉS DO CHAMADO 436.E LEVADA PARA HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA-HUT.QUE A MESMA SOFREU LESÃO CORPORAL DE ACORDO COM O PRONTUÁRIO DE Nº 417647.AS DECLARAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO DECLARANTE.

Terasinha De Jesus Guimarães Lima Sousa - Mat. 0093408
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Francisco das Chagas Alves Medeiros
FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS - Notificante
Responsável pela Informação

Bel Riedel Batista dos S. Reinaldo
Delegado Geral da Polícia Civil-PI
Mat.: 108.624-3



resina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
 Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU
SAMU
192

Dados do Chamado	01 Nº do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saida do PA	05 Chegada ao local
	06 Saida do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saida do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	12 Município-UT			
	11 Bairro	Código IBGE			
Dados do Paciente	13 Ponto de referência	14 Nome			
	15 Sexo	16 Idade			
Tipo de Ocorrência	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?	18 Tipo de ocorrência			
	19 Vítima	20 Meio de locomoção			
Exame Físico	21 Outra parte envolvida	22 Equipamentos de segurança			
	23 Glasgow =	24 Sinais Vitais			
Assistência	25 Local da lesão	26 Pupilas			
	27 Pulso Radial	28 Sangramento			
Hospital de Destino	29 Dor	30 Fratura			
	31 Procedimentos realizados	32 Hospital de Destino			
Observações Interdisciplinares	33 Condições de entrada	34 Óbito			
	Observações Interdisciplinares				

ABERTURA OCULAR
 4-Espontânea
 3-A voz
 2-A dor
 1-Nenhuma

RESPOSTA VERBAL
 5-Orientada
 4-Confusa
 3-Palavras inapropriadas
 2-Palavras incompreensíveis
 1-Nenhuma

RESPOSTA MOTORA
 6-Obedece a comandos
 5-Localiza dor
 4-Movimento de retirada
 3-Flexão anormal
 2-Extensão anormal
 1-Nenhum

ESCALA DE DOR DE 0 A 10
 0 Sem Dor 1 Leve 3 Moderada 7 Intensa 10

CONFERE COM O ORIGINAL
 Glicemia _____
 Acesso Venoso _____
 Medicamentos a) _____ b) _____ c) _____

Observações Interdisciplinares
 Este vítima de acidente de trânsito, apresentando lesões com dor em coxa D e antebraço E, primeiros atendimentos realizados no HGBA, sendo encaminhado para avaliação e tratamento.

Assinaturas
 Responsável pela recepção: Francisco Maria da Silva
 Médico: Francisco Maria da Silva
 AETE: Francisco Maria da Silva
 Enfermeiro: Anderson
 Condutor: Anderson

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, TEREZA MARIA DE JESUS ALVES MEDeiros

RG nº 333.948, data de expedição 21/03/12, Órgão SSP/PJ

CPF nº 327.526.793-00, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	BOM JESUS
Número	3311
Apto / Complemento	
Bairro	BUENOS - AIRES
Cidade	TERESINA
Estado	PIAUÍ
CEP	64009-230
Telefone de Contato	(89) 3214-3160
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: TERESINA (PI). 24 DE ABRIL DE 2018

Assinatura do Declarante: _____



COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.640.748/0001-89 Insc. Estadual: 19.301.351-5
Nota Fiscal / Conta da Energia: Eletrônica - Série B-1
Registro em cartório de Imprensa autorizado pela SEFAZ DO/PI

Nº da Nota Fiscal: 004610442

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE é concedida
pela Lei nº 10.478 de 10 de abril de 2007.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
ABRIL/2018	25/04/2018	92	76,36

ALBERTO ALVES DE MEDEIROS
R. BOM JESUS 3311 MEMORARE
CPF: 00015089312320
CEP: 64.009-230 - TERESINA

ROT: 12.001.37.52.140000

DADOS DA LEITURA		KWH	DADOS DA LEITURA	
Atual:		3618	Atual:	18/04/2018
Anterior:		3726	Anterior:	19/03/2018
Constante de Multiplicação:		1,000	Próxima Leitura:	17/05/2018
Consumo Medido:		92	Emissão:	17/04/2018
Consumo Faturado:		92	Aprovação:	18/04/2018

NORMAL

30

DADOS DA UTILIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Uso	Número Medidor	Ponto	Código Fat.	Mês 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A004188		1.1.1.1	172

HISTÓRICO KWH	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/Ano Consumo	
MAR/18 115	CONSUMO 92 A R\$ 0,747255 = 68,74
FEV/18 97	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 6,11
JAN/18 103	CORRECAO MONETARIA IG 03/18-00 0,01
DEZ/17 133	MULTA POR ATRASO 03/18-00 1,31
NOV/17 98	JUROS DE MORA DE IMPO 03/18-00 0,19
OUT/17 215	
SET/17 73	
AGO/17 53	
JUL/17 46	
JUN/17 122	
TARIFA SOC. 12/18/06:	
R\$ 92 - 0,554238	

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO		
DEBITOS JA REAVISADOS	Valor R\$	Informações importantes:
Mes/Ano	05/2017	556,65
		Informações importantes: débitos vencidos no valor de R\$ 556,65 (sem acréscimos legais) até esta data. Caso o(a) devedor(a) já tenha(s) sido(s) pago(s), procurar uma loja de atendimento da Eletrobras Distribuição Piauí com o(s) comprovante(s) de pagamento.

*ALÍQUOTA DE ICMS COM REAJUSTE DE 2%, CONFORME DECRETO N. 17.583, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	14,50	Base de Cálculo:	68,74
Energia:	27,67	Alíquota ICMS:	22,00%
Transmissão:	4,35	Valor ICMS:	15,12
Encargos:	4,40	Valor do PIS:	0,47
Tributos:	17,76	Valor do COFINS:	2,17

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
5,31	10,63	21,25	3,24	6,48	12,95	3,03	
0,00			0,00			0,00	
TERESINA-MARQUES				02/2018		28,29	

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.640.748/0001-89 Insc. Estadual: 19.301.351-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Registro em cartório de Imprensa autorizado pela SEFAZ DO/PI

Nº da Nota Fiscal: 004610442

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE é concedida
pela Lei nº 10.478 de 10 de abril de 2007.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
ABRIL/2018	25/04/2018	92	76,36

ALBERTO ALVES DE MEDEIROS
R. BOM JESUS 3311 MEMORARE
CPF: 00015089312320
CEP: 64.009-230 - TERESINA

ROT: 12.001.37.52.140000

DADOS DA LECTURA		KWH	DADOS DA LECTURA	
Atual:		3618	Atual:	18/04/2018
Anterior:		3726	Anterior:	19/03/2018
Constante de Multiplicação:		1,000	Próxima Lectura:	17/05/2018
Consumo Medido:		92	Emisso:	17/04/2018
Consumo Faturado:		92	Apresentação:	18/04/2018

NORMAL

30

DADOS DA UTILIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Uso	Número Medidor	Ponto	Código Fat.	Mês 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A004188		1.1.1.1	172

HISTÓRICO KWH	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/Ano Consumo	
MAR/18 115	CONSUMO 92 A R\$ 0,747255 = 68,74
FEV/18 97	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 6,11
JAN/18 103	CORRECAO MONETARIA IG 03/18-00 0,01
DEZ/17 133	MULTA POR ATRASO 03/18-00 1,31
NOV/17 98	JUROS DE MORA DE IMPO 03/18-00 0,19
OUT/17 215	
SET/17 73	
AGO/17 53	
JUL/17 46	
JUN/17 122	
TARIFA SEM TRIBUTOS:	
R\$ 92 - 0,554238	

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO		
DEBITOS JA REAVISADOS	Valor R\$	Informações importantes:
Mes/Ano	05/2017	556,65
		Informações importantes: débitos vencidos no valor de R\$ 556,65 (sem acréscimos legais) até esta data. Caso o(a) devedor(a) já tenha(s) sido(s) pago(s), procurar uma loja de atendimento da Eletrobras Distribuição Piauí com o(s) comprovante(s) de pagamento.

*ALÍQUOTA DE ICMS COM REAJUSTE DE 2%, CONFORME DECRETO N. 17.583, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	14,50	Base de Cálculo:	68,74
Energia:	27,67	Alíquota ICMS:	22,00%
Transmissão:	4,35	Valor ICMS:	15,12
Encargos:	4,40	Valor do PIS:	0,47
Tributos:	17,76	Valor do COFINS:	2,17

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
5,31	10,63	21,25	3,24	6,48	12,95	3,03	
0,00			0,00			0,00	
TERESINA-MARQUES				02/2018		28,29	